

A. I. N° - 277993.0016/02-5
AUTUADO - TRANSPORTADORA PRIMEIRA DO NORDESTE LTDA.
AUTUANTE - VERA MARIA PINTO DE OLIVEIRA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 13. 05. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0157-04/03

EMENTA: ICMS. PASSE FISCAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA SAÍDA DA MERCADORIA DO TERRITÓRIO BAIANO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Descabe a cobrança do imposto, uma vez que a exigência já tinha sido objeto de lançamento anterior. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/04/2002, exige ICMS no valor de R\$3.374,67, em razão da falta de comprovação da saída de mercadoria do território baiano, que transitaram acompanhada de Passe Fiscal de Mercadorias, autorizando a presunção de que tenha ocorrido a sua entrega neste Estado.

O autuado impugnou o lançamento fiscal em sua defesa, fl. 17 dos autos com os seguintes argumentos:

1. Que os Passes Fiscais n^{os} 0277665-0 e 0277667-7 foram baixados, conforme consulta efetuada em anexo;
2. Que no Auto de Infração n° 000.848.794-4 faz referência ao Passe Fiscal n° 277667-7, o qual foi quitado em 30/10/97 através do DAE n° 459.377-4, conforme cópia anexa;
3. Que no Auto de Infração n° 000.848.795-2 faz referência ao Passe Fiscal n° 277666-9, o qual foi quitado em 30/10/97 através do DAE n° 568.453-6, conforme cópia anexa, onde foi consignado erroneamente o de n° 277666-9, quando o correto é o de n° 277665-0, conforme cópias anexas;
4. Que ao tomar ciência do Termo de Apreensão objeto desta autuação, constatou que os Passes Fiscais estão sendo cobrados em duplicidade.

Ao finalizar, solicita o cancelamento do Auto de Infração e do Termo de Apreensão.

A autuante ao prestar a sua informação fiscal, fl. 31 descreveu, inicialmente, o motivo que ensejou a lavratura do Auto de Infração, bem como fez um resumo das alegações defensivas.

Sobre a autuação, disse que após a devida verificação, constatou serem procedentes os argumentos defensivos.

VOTO

O fundamento da autuação foi em razão do autuado não haver comprovado a saída de mercadorias do território baiano, as quais estavam acompanhadas de Passe Fiscal, fato que autoriza a presunção de que tenha ocorrido a sua entrega neste Estado.

Ao se defender da acusação, o autuado alegou que os Passes Fiscais em aberto já tinham sido objeto de lançamento anterior, através dos Autos de Infração n^{os} 08487944 e 08487952, os quais foram quitados em 30/10/97, conforme cópias dos mesmos que anexou às fls. 18 e 20, fato que foi acatado pela autuante quando prestou a sua informação fiscal, com a qual concordo.

Face ao exposto, entendo que a autuação não prospera, razão pela qual voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 277993.0016/02-5, lavrado contra **TRANSPORTADORA PRIMEIRA DO NORDESTE LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de maio de 2003.

ANTONIO AGUIAR DE ARAUJO – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR